

Moção

República Bolivariana da Venezuela

Juristas Portugueses, reunidos em Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Juristas Democratas (APJD), em 30/03/2019, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa:

- Constatando a evolução dos acontecimentos na República Bolivariana de Venezuela, com a ameaça de gerar uma situação que pode descambar para uma perigosa situação de guerra;
- Entendendo que qualquer solução para esta situação tem de ser procurada no âmbito da Constituição desse país, com o imperioso respeito pelos normativos da Legislação Internacional;
- Registando lamentavelmente, que a ingerência estrangeira, como a dos Estados Unidos de América e da Colômbia, no quadro institucional e governativo interno da República Bolivariana de Venezuela, não só contribui marcadamente para a instabilidade político-social na América Latina, como viola frontalmente os princípios básicos da convivência democrática e respeito pela soberania de cada país;
- Reafirmando que é na base da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional que devem ser resolvidos quaisquer conflitos e diferendos;
- Atendendo que a solução bélica ou de sanções económicas, não constituem meios civilizados para a resolução de diferendos entre Nações, apenas contribuem para a desgraça e miséria humanas;
- **MANIFESTAM** a sua solidariedade ao Povo de Venezuela confiados de que saberá, através das suas instituições democráticas constitucionalmente vigentes, alcançar uma solução rápida para ultrapassar os seus problemas internos e alcançar a tão desejada paz e prosperidade de que é merecedor,

Para o que APROVAM esta Moção por unanimidade e aclamação.